

MAPUTO: DISCUSSÕES SOBRE PROJETO URBANO E ESPAÇO PÚBLICO

MAPUTO: DISCUSSIONS ABOUT URBAN PROJECT AND PUBLIC SPACE

A. Murad Jorge Mussi Vaz & C. Cila Fernanda da Silva

Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil

murad.vaz@uffs.edu.br

cilafernanda@outlook.com

B. Daiane Bertoli

Arquitetura e Planeamento Físico (FEAPF)-UniTiva, Moçambique.

daiabertoli@gmail.com

RESUMO

Como compreender o processo de urbanização, nos mais variados contextos, a partir da relação intrínseca entre práticas socioespaciais, projeto urbano e espaço público? Uma resposta vem sendo delineada a partir de uma pesquisa desenvolvida na capital moçambicana, cujo objeto são os espaços públicos em sua pluralidade. Através de uma abordagem decolonial e de uma metodologia exploratória, objetiva-se demonstrar como o pensar sobre a cidade, bem como a consequente prática projetual, precisa ampliar referenciais, teorias e métodos, rumo a uma contextualização e a um reconhecimento das particularidades de cada território. A pluralidade de espaços apropriados para a vida em público e as diferentes formas de vivência nesse espaço têm demonstrado, em Maputo, que novos referenciais, mais vinculados às dimensões do local, são necessários para a formação de um pensamento urbano condizente com as especificidades do chamado Sul global.

Palavras-chave: espaço público, urbanização, decolonialidade, Maputo.

Linha de investigação: Cidade e Projeto.

Tópico: História urbana e história do urbanismo.

ABSTRACT

How to understand the urbanization process, in the most varied contexts, from the intrinsic relationship between socio-spatial practices, urban project and public space? An answer is being outlined from a research developed in the Mozambican capital, whose object of research is public spaces in their plurality. Through a decolonial approach and an exploratory methodology, the aim is to demonstrate how thinking about the city,

as well as the consequent project practice, needs to broaden references, theories and methods, towards a contextualization and recognition of the particularities of each place. The plurality of appropriate spaces for life in public and the different forms of living in this space have demonstrated in Maputo that new references, more linked to the dimensions of the place, are necessary for the formation of an urban thinking consistent with the specificities of the so-called global South.

Keywords: public space, urbanization, decoloniality, Maputo.

Research line: City and Project.

Topic: Urban history and history of urbanism.

Introdução

O artigo busca compreender a intrínseca relação entre espaço e sociedade, pela aproximação com os espaços públicos da capital moçambicana, Maputo (figura 01). Intenta-se construir uma interpretação alternativa àquela preconizada através dos processos formais de consolidação socioespacial. Desse modo, para além da homogeneização do espaço urbano, observados em escala global, nos aproximamos das diversas práticas sociais dos moradores, em suas formas plurais de construir cidade, conforme suas variadas cosmovisões. Consideramos o espaço como sistema de objetos e ações, conforme Milton Santos (2006), buscando olhar para os territórios que se constituem no espaço urbano de Maputo, sobretudo seus espaços públicos.

O espaço público não deve ser generalizado. Assume diversas conotações, funções, formas e significados conforme a estrutura e a organização de cada arranjo social. Nossa hipótese centra-se na ideia de que a localização, como confluência de práticas socioespaciais subjacentes a cada contexto, permite uma visão plural sobre as diversas materializações. Contudo, na literatura que versa sobre espaços públicos vinculada à arquitetura e ao urbanismo, observa-se primazia de produções eurocêntricas e estadunidenses, distantes da pluralidade das práticas socioespaciais materializadas nos países do chamado Sul global (Santos, 2009:34). Percebe-se, nestes campos disciplinares, pouca abertura a métodos capazes de compreender a relação intrínseca entre sociedade e espaço público, incluindo as diversas possibilidades de arranjos espaciais. Olhar para Maputo, nos diversos espaços onde a vida pública acontece, revelou uma pluralidade de formas de viver e conceber cidade. Nos aproximamos da dimensão do espaço urbano como espaço concebido (projeto) e como espaço vivido¹. O espaço público aponta para as relações de poder, de coerção e de resistência, ou seja, territórios de vida. Existem lacunas na produção do conhecimento que busquem compreender e analisar as particularidades contextuais, portanto, nos detivemos na dimensão do espaço vivido.

Objetivamos, a partir da complexidade da relação entre realidade e produção do conhecimento, um olhar alternativo à discussão sobre espaço público, a partir de Maputo. A formação urbana de Maputo remonta sobretudo a três momentos, que se intercalam, mesclam, conflituam e produzem um arranjo ímpar entre práticas sociais e práticas espaciais: o primeiro diz respeito à formação de um território e arranjo espacial colonialista (com forte segregação cultural e espacial); o segundo remete para a intensa migração pós-independência, forçada sobretudo pelas guerras internas (1976 - 1992) que atingiram o campo e deslocaram para as cidades contingentes populacionais de etnias, hábitos e tradições diversas, originando processos socioespaciais variados durante um período de cariz socialista; e, por fim, o terceiro corresponde à abertura

¹ Tríade lefebvriana – espaço vivido, percebido e concebido. (Lefebvre, 2000).

ao capital internacional, na década de 1990, com a massiva consolidação das periferias urbanas². Deste modo, sob a ação destas transformações que marcam o seu espaço, Maputo representa uma cidade na qual as relações espaciais e, sobretudo, as deslocamentos entre o campo e cidade são ímpares. Os diversos arranjos que se constituem nesses territórios demonstram que, apesar de separações físicas, a cisão nas relações sociais nunca é completa (Heer, 2019). A noção e a materialidade dos espaços públicos constituem-se de maneira única e plural.

Metodologicamente, foi realizado um trabalho de campo com reconhecimento in loco da realidade vivida, mediado pela realização de entrevistas e pesquisa de referenciais teóricos, apreendendo-se o ser e o se constituir urbano locais. Esta metodologia identificou diferenças espaciais e questões histórico-geográficas, simbólicas e culturais que lhes são subjacentes. Maputo possui mais de dez etnias nativas do país, com línguas, costumes, religiões e modos de habitar. Na pesquisa exploratória, foram estudados quatro bairros: Mafalala, Maxaquene A, Sommerschild e Zimpeto (figura 04), consolidados em períodos e localizações distintas. Em cinco meses foram realizadas visitas, entrevistas aos “chefes de quarteirão” e “secretários de bairro” (administradores locais) e com a população. Através de incursões a pé, com guias, narrativas oscilaram entre crenças, concepções, discussões sobre aparatos legais (direito legal e consuetudinário), origem dos diversos grupos, suas práticas rurais e urbanas e, como concebem a prática nos espaços abertos. As discussões indicam que a materialização de espaços públicos é efetivamente ampla e ganha contornos inseparáveis entre subsistência, deslocamento, lazer e vida pública e privada. Contemplamos 1500 pontos de vida pública fotografados, catalogados, somados à produção cartográfica e análise morfológica, cruzadas às percepções e subjetividades dos diversos sujeitos. Há diferenças socioespaciais e morfológicas entre os bairros, (ver item 1.2) que resultaram em diferentes configurações espaciais de malha, gabarito e tipologias. No entanto, as práticas de usos comuns nas ruas e áreas abertas lhes são transversais.

Identificamos um desafio em aberto aos diversos campos do conhecimento, entre eles o da arquitetura e do urbanismo, sobre a produção de uma leitura mais plural, menos plena de certezas e aberta à exploração de cada contexto. Uma dimensão na qual é fundamental recuperar e analisar as formas de produção e relação do conhecimento e do saber (Santos, 2009), reconhecendo outras maneiras, inclusive abertas à pluralidade de cosmovisões, que se materializam em práticas sociais e espaciais.

Olhar para Maputo através da trajetória de sua ocupação e formação territorial, a partir de uma abordagem acadêmica mais ampla, permite o resgate da dimensão de um “epistemicídio de saberes territoriais, urbanos e arquitetônicos” (Delgado e Ruiz, 2014: p. 353) que vem acontecendo sistematicamente. Há muito mais formas de compreender os territórios e a constituição urbana em Maputo, do que somente a preconizada pelos projetos urbanos formalizados, colonialistas ou posteriores. Essa abordagem decolonial nos permite seguir um caminho teórico, metodológico e epistemológico alternativo, capaz de combater linhas abissais, conforme preconizado por Boaventura de Sousa Santos (2009).

Nesse sentido, a pesquisa explora a arquitetura e o urbanismo como práticas e caminhos em aberto para se avançar rumo a novas possibilidades e arranjos espaciais, consorte as especificidades locais, sem perder de vista seu vínculo com a dinâmica global. O processo de urbanização, em sua plural materialização, pode ser

² O trabalho de Vales (2014) apresenta uma análise profunda e consistente sobre o processo de consolidação urbana de Maputo. Indo além, abordagens fundamentais sobre a questão urbana são encontradas em Melo e Jorge (2014) Jorge (2017), Melo (2015), Oppenheimer e Raposo (2002), Viana (2008, 2012). Indica-se a análise morfológica de Morais (2001) sobre o período colonial e de Viana (2015) mais contemporânea. Importante reconstituição cartográfica da evolução de Maputo pode ser encontrada em Henriques (2007).

lido e interpretado para cada contexto. O espaço público é uma chave de leitura fundamental, pois reúne e relaciona as práticas sociais e espaciais, bem como expõe relações simbólicas, culturais e de poder.

1. Espaço e sociedade – uma abordagem decolonial

Maputo constitui-se a partir de múltiplos processos e práticas sociais e espaciais, que se conformam mutuamente. A inserção de um conjunto de objetos, artefatos edificados, não coincidentes com as tradições e culturas locais anteriores ao processo de colonização, geraram relações socioespaciais em desconformidade com as práticas locais. Esse arranjo resulta em consonância e/ou em conflito, uma vez que a herança edificada colonial não correspondeu (e ainda não corresponde em certa medida) aos diversos modos de vida encontrados na cidade. Essa desconformidade é encontrada tanto ao nível do edificado quanto das áreas abertas de usos públicos e coletivos. Discutir o processo de formação e consolidação da cidade e os diversos projetos de urbanização requer uma abertura do olhar tanto a nível teórico, quanto epistemológico e metodológico, capaz de ir além da morfologia física e que possa contemplar as relações socioespaciais estabelecidas (e em plena constituição).

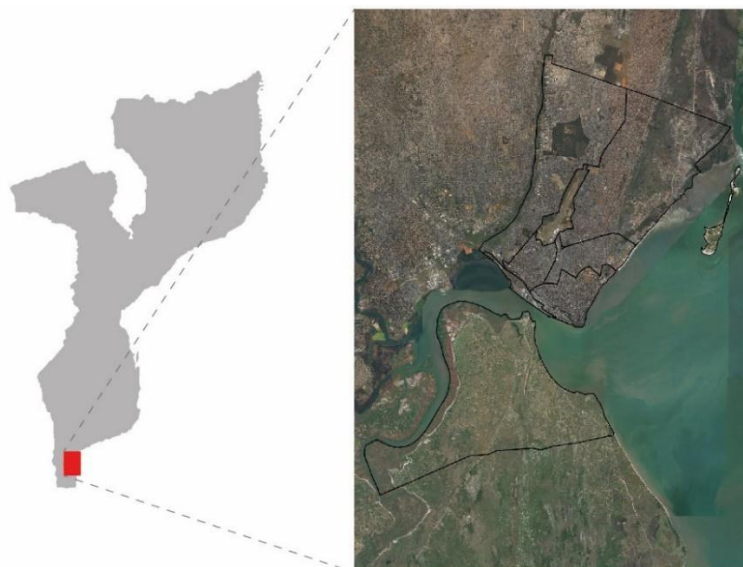


Fig 01 Localização de Maputo em Moçambique. Fonte: Elaboração da equipe sobre imagem do Bing Maps.

Diversos modelos urbanos, traçados e estruturas, materializados ou não, foram concebidos e/ou implantados ao longo do período de ocupação e dominação de Moçambique pelos portugueses³. Esses traçados geométricos e abstratos (fig 02 e 03) estavam (e estão) imbuídos de linhas divisórias, visíveis e invisíveis, são baseados em contextos não moçambicanos. Esses modelos de cidade e áreas urbanas, trouxeram consigo, mais do que forma, um modo “europeu” de vida urbana, descontextualizando formas de morar e de se relacionar. Sua matriz também incide na constituição dos espaços públicos e abertos para vida urbana. Constituíam-se barreiras entre população autóctone e estrangeira, rompendo com a base do acesso físico e social irrestrito, cerne do espaço público. Assim, observamos a constituição de uma sociedade representada pela ordem espacial, constituída por diversos territórios, numa perspectiva de colonização vinculada a

³ Para compreender o processo de urbanização de Moçambique, recomenda-se o trabalho de Maloa (2016) e sobre a formação de Maputo os de Vales (2014) e Morais (2001).

diversos processos de dominação. Entre eles a base da matriz da colonialidade territorial⁴, com uma primazia das noções ocidentais de “território, ciudad y arquitectura; la exportación de los patrones occidentales de vida urbana; la propia jerarquía otorgada al ‘ser urbano sobre el ‘ser no-urbano’ como modelo de existencia” (Delgado e Ruiz, 2014: 349), incluindo a desvalorização do conhecimento chamado vernacular no fazer cidade e arquitetura.

Há, portanto, uma realidade histórica, narrada através da constituição espacial, que se reflete em processos de dominação/colonização, mas também de adaptação, resistência e criatividade, referentes aos três maiores períodos da história recente moçambicana com forte carga simbólica, cultural, socioeconômica e espacial do país.

1.1. A constituição de cidades no período colonial (até 1975)

Discutir a questão urbana, em Moçambique, requer um olhar aproximado ao processo de urbanização, desde o período colonial⁵, com diferentes lógicas para cada período. As diversas intencionalidades nos projetos de ocupação do país com cidades baseadas em desenhos ortogonais, segregadoras e excludentes da população nativa, demonstra que, desde a origem, o acesso à cidade e à cidadania se deu a partir de diferentes graus e processos.

A forma de ocupação e formação de territórios tradicionais, em aldeias e em aglomerados familiares, chocou-se diretamente com a abstração projetual, denotando diversas maneiras de constituir cidade e território. A dinâmica de produção espacial tem acontecido sob influências mútuas entre uma ordem próxima e uma ordem distante⁶, colidindo-se ou mimetizado-se. Esse processo é facilmente observável na periferia de Maputo, misto de urbano e rural, na qual diversas outras práticas socioespaciais e condicionantes socioeconômicos e culturais constituem a base para a ocupação territorial⁷.

As cidades projetadas do período colonial constituem um misto entre o espaço concebido e o vivido, segundo a lógica da separação. As imagens demonstram alguns dos principais modelos de traçados concebidos para Maputo. Além da ortogonalidade da ocupação territorial, a distribuição dos espaços demonstra uma setorização rígida, existente, fisicamente até hoje. A partir das primeiras formas concebidas, e com o seu avançar, a população autóctone foi afastada, em alguns casos nos “bairros indígenas”, espaços para assimilação cultural. Os elementos gráficos representam rupturas iniciais consolidadas pelo e no espaço: tanto pela previsão do bairro indígena (figura 02), quanto pela separação gerada pela Estrada da Circunvalação (figura 03).

A cidade projetada, continha espaços públicos tipicamente utilizados pela população colonizadora (figuras 18 e 19). Através de rígida separação a presença da população nativa só era aceita como força de trabalho, mediante documentação. As áreas fora do perímetro projetado, cresciam com diversas formas de

⁴ Por colonialidade entende-se “El término colonialidad hace pensar directamente en “colonialismo” — guarda relación, de hecho —; pero no es lo mismo. Tampoco trata asuntos que sólo interesan a las sociedades poscoloniales. Lejos de eso, describe actitudes imperiales en los procesos de conocimientos generados en las ex metrópolis, ya sean estos conservadores o progresistas.” (Delgado e Ruiz, 2014: p. 344). E por colonialidade territorial: “En este sentido, interesa retomar la propuesta de Farrés y Matarán (2012) que define la colonialidad territorial como el conjunto patrones de poder que en la praxis territorial sirven para establecer hegemonícamente una concepción del territorio sobre otras que resultan “inferiorizadas.” (Delgado e Ruiz, 2014: p. 348).

⁵ Idem nº2.

⁶ Sobre a relação entre a ordens próxima e distante, ver Lefebvre (2009).

⁷ Idem nº1.

sociabilidade imbricadas nos territórios. O espaço público em Maputo, desde sua origem, em contradições socioespaciais segregadoras.

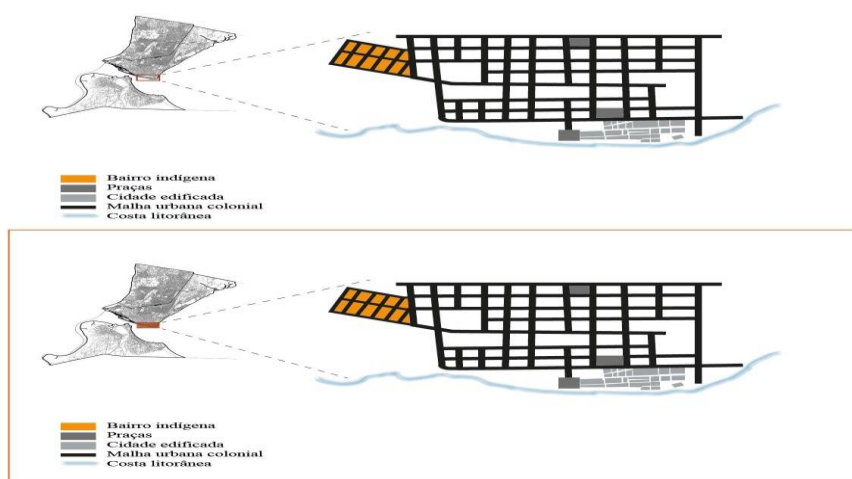


Fig 02- Projeto de Ampliação da Vila de Lourenço Marques (1887). Forte presença da ortogonalidade a despeito do relevo. Nota-se a segregação espacial através do bairro indígena (em laranja) Fonte: MORAIS, 2001, p.87, editado pela equipe.

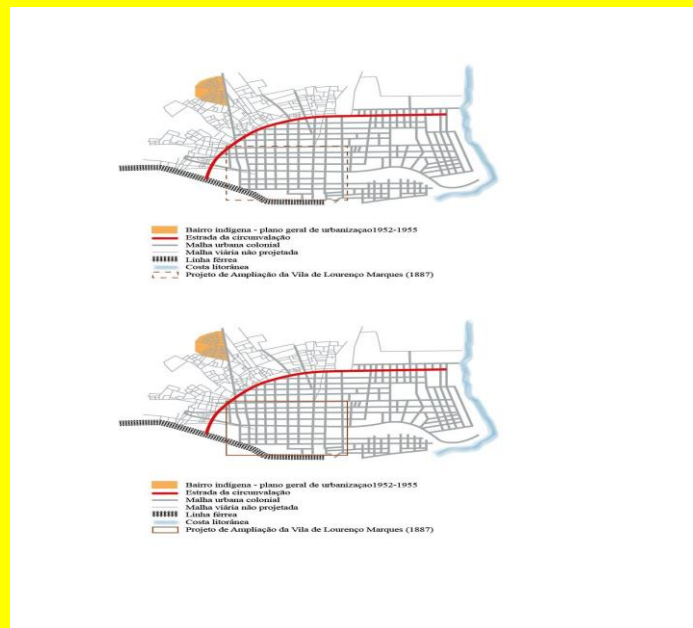


Fig 03- Levantamento do ano de 1915 de Lourenço Marques. Projeto de ampliação da malha urbana, seguindo ortogonalidade até a Estrada da Circunvalação (linha em vermelho), a partir da qual nota-se certa composição desconforme com o padrão ortogonal. Fonte: MORAIS, 2001, p116, editado pela equipe.

1.2. Maputo, de 1975 ao atual

Na Maputo atual (figura 04), mais complexa e diversa no que concerne às relações e práticas sociais e espaciais, ainda há a marca do legado de exclusão e segregação. A cidade consolida-se de maneira desigual, sendo arena para os interesses de diversos agentes: o Estado, a população, especuladores locais e/ou estrangeiros, empresas nacionais e internacionais, etc., que não são totalmente excludentes entre si⁸.



Fig 04 Maputo atual. A massiva consolidação das periferias urbana. Realce para os bairros estudados e as áreas públicas. Fonte: Setorização Araújo (1999) apud Jorge (2017). Espaços públicos: Pimentel (2013), Rodolfo(2006) e trabalho de campo (2018). Perímetros Direcção Municipal de Planamento Urbano e Henriques (2007) Base gráfica Google maps.

⁸ O complexo “mercado de terras” que se passa em Maputo, com todas as suas particularidades foi descrito no relatório: Mercado de Terras Urbanas em Moçambique (Cruzeiro do Sul, 2004).

As diferenças morfológicas de ocupação e investimentos nos bairros e a constituição ampla de práticas socioespaciais diversas, evidenciam, em parte, as relações sociais que se estabelecem. As figuras (05 a 11) abaixo demonstram um panorama geral de diferentes formas de habitar em Maputo, das torres na costa, às machambas⁹ nos bairros e ao novo projeto para o distrito do KaTembe. Essas formas de se constituir cidade não interrompem o rizoma que transpõe as barreiras formais. Simultaneamente, a separação morfológica espacial não contempla a pluralidade das práticas sociais que se desdobram nos vários territórios existentes.

The different social worlds in the city are not unconnected, segregation is never complete. We need to empirically investigate the degree and quality of divisions and connections, and not reproduce narratives of urban duality and dichotomies. (Heer, 2019, p. 488)

O bairro Sommerschild (figura 05), é um dos mais infratestruturados e de população com maior poder aquisitivo desde o período colonial. As ruas são ortogonais e os espaços públicos contemplam avenidas arborizadas e praças regulares. Observa-se, no entanto, práticas transversais como venda de produtos juntos aos muros e os tradicionais tchovas de frutas (carrinhos com produtos para venda). A Mafalala (figura 06), externa ao perímetro da área planejada durante o período colonial, e onde habitava a população autóctone e estrangeira, sobretudo descendentes de indianos, com menores recursos. Sua ocupação é densa, com ruas sinuosas e pequenos espaços abertos, intersecções de caminhos ou áreas mais amplas que compõem diversos usos para a vida pública. O mesmo ocorre no Maxaquene, bairro vizinho e com trajetória similar de ocupação, resultando em morfologia análoga. A Costa litorânea (figura 07) possui mescla de ocupações mais recentes, machambas, torres em altura e bairros mais antigos e de ocupação chamada espontânea. A praia é o grande espaço público nessa área, espaço para rituais, lazer, festas e até atividades cotidianas como tomar banho ou lavar a roupa. O Zimpeto (figura 08), situa-se mais distante do centro. Sua ocupação é mais recente e possui diversidade morfológica que contempla desde áreas sinuosas bastante densas, até loteamentos ortogonais. Como na Mafalala ou Maxaquene não foram identificadas praças, mas quadras de futebol e áreas de estar, sendo que a vida urbana e os espaços de socialização ocorrem geralmente, nas ruas, ou mesmo em espaços privados.

⁹ Áreas de cultivo.



Fig. 05 Sommerschild. A ortogonalidade da área central, com verticalização e infraestrutura. Demonstra o investimento recebido na área desde o período colonial. Fonte: Elaboração da equipe sobre imagem Bing Maps e base gráfica de Viana (2015).



Fig. 06 Mafalala. O traçado sinuoso, com o encontro de diversas malhas, demonstra a consolidação da área chamada suburbana. Com grande ênfase de ocupação no pós-guerra. Fonte: Elaboração da equipe sobre imagem Bing Maps.



Fig. 07 Zona da Costa, diferentes padrões de traçado se



Fig. 08 Zimpeto. Diversidade de ocupações - desde

sobrepõem, observando-se, o crescente número de condomínios residenciais, verticais e horizontais. Fonte: Elaboração da equipe sobre imagem Bing Maps e base gráfica de Viana (2015).

loteamentos, a grandes empreendimentos, áreas para relocações e machambas. Fonte: Elaboração da equipe sobre imagem Bing Maps e base gráfica de Viana (2015).



Fig. 09 Distrito do Katembe, ocupação atual. Presença de vegetação e de edificações esparsas que denotam uma lógica de apropriação do espaço distinta do traçado ortogonal. Ainda não há indícios de verticalização e a infraestrutura está em fase gradual de ampliação e consolidação. Fonte: Elaboração da equipe sobre imagem do Bing Maps e base gráfica de Viana (2015).

Fig. 10 Distrito do Katembe, proposta de traçado urbano com setorização e adensamento controlado. Fonte: Plano de Urbanização da Katembe, divulgado por Betar (2013). Acesso em: 28.02.2020. Disponível em: https://www.betar.pt/pt/content/13-publications/14-brochuras#_2294-katembe-mocambique



Fig. 11 Distrito do Katembe, paisagem prevista. Nota-se a verticalização, o traçado ortogonal e a urbanização em quadras abertas. Fonte: PU-Katembe, divulgado por Betar (2013). Acesso em: 28.02.2020. Disponível em: https://www.betar.pt/pt/content/13-publications/14-brochuras#_2294-katembe-mocambique

O panorama acima demonstra como diversos territórios se distribuem e se constituem, sincrônica e diacronicamente. O trabalho de campo revelou múltiplas formas de apropriação das áreas abertas, nas quais

as relações sociais se desenvolvem, permitindo a compreensão de que funções e formas dos espaços públicos são variadas, demonstradas no próximo item.

1.3. Uma leitura decolonial sobre a urbanização de Maputo: um olhar para os espaços públicos

O processo de urbanização atual reflete a soma de conflitos e resistências, também a partir da valorização e busca pela mais-valia financeira sobre as diversas áreas da cidade¹⁰. Como fica visível no imaginário trazido pelos projetos, tal como apresentado no distrito de KaTembe, ou pelas formas planejadas de ocupação em suas diversas feições estéticas e funcionais. Há uma constante tensão entre a cidade que se constitui sob parâmetros ditados pelo mercado e por referências externas e as diversas formas de resistência e de se habitar, muitas assentadas sobre práticas e materiais vernaculares que constituem outras formas de conceber e intervir no espaço. Riquezas culturais trazidas para o urbano, como o fazer das construções em materiais e escalas vernaculares - a própria casa muitas vezes ganha a forma da aldeia - simbolicamente depreciados e repetidamente atrelados aos conceitos de precariedade e pobreza. Assim se “[...] evidencia que la homogenización y la pérdida de identidades no refieren sólo a los aspectos tipológicos y estéticos de las ciudades sino también a dimensiones sociales, culturales, económica y otras.” (Delgado e Ruiz, 2014, p. 341). Observar os modos de constituição e as práticas sociais e espaciais de cada urbe revela maneiras específicas de se compreender como as cidades se constituem permitindo novas formas de produzir teorias urbanas (Meneses e Sousa Santos, 2009, Delgado e Ruiz, 2014).

Ao se observar como se constituem os espaços públicos de Maputo, percebe-se que a vida urbana tem expressão nas ruas e espaços abertos. Espaço de rito, de sobrevivência, de comércio, de estar, de circulação, de brincadeira, as ruas, praças e espaços vazios adquirem uma pluralidade que extrapola os usos previstos, sobretudo no que concerne à exposição direta de diversas práticas sociais espaciais que coexistem. Os estudos de Heer (2019) indicaram que a noção europeia de espaço público não é de grande valia para compreensão das interações que ocorrem em Maputo.

As imagens revelam múltiplas dimensões e materializações dos espaços públicos. Entre os diversos modos de conceber a cidade, os planos que contemplam projetos urbanos e diretrizes para cada trecho da cidade, a ação do mercado imobiliário e da sociedade como um todo, além do estado em suas múltiplas variáveis, demonstram um pensar alinhado com uma prática profissional nem sempre coincidente com os parâmetros locais de renda, cultura, modo de habitar e de ser urbano. Esses impactos se dão em múltiplas dimensões, intervindo diretamente na vida cotidiana e na constituição do espaço vivido. Essa observação induz à possibilidade de retomada do cotidiano como chave de leitura para a teoria e o projeto urbano, a partir de sua dimensão simbólica e vivida, na dimensão de como se processa a apropriação e o uso do espaço público.

¹⁰ Melo e Jorge (2014) Jorge (2017), Melo (2015), Oppenheimer e Raposo (2002)



Fig. 12 O comércio e o estar em Largo da Igreja. Notam-se os mobiliários feitos pelos próprios moradores e a utilização do espaço para bancas e vendas. Acervo pessoal.



Fig. 13 Machambas. Acervo pessoal.



Fig. 14 Venda de produtos da machamba. Acervo pessoal.



Fig. 15 Tchova no Sommerschild. Acervo pessoal.

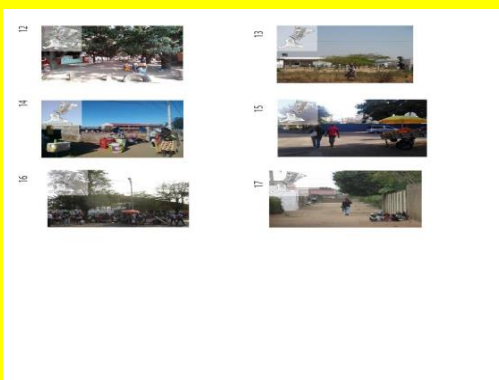


Fig. 16 Mercado "Informal" do Peixe. Acervo pessoal.



Fig. 17 Brincadeiras cotidianas. Acervo pessoal.

As imagens acima retratam modos de vida urbana, particulares de Maputo e/ou Moçambique e que extrapolam as imagens preconizadas para os espaços desde o período colonial (18 e 19) ou mesmo as

praças atuais ou áreas que vêm sendo projetadas, muitas sob a égide e o controle da iniciativa privada, como as praças administradas por particulares.



Fig. 18 Avenida da República, atual Av. 25 de Setembro. Fonte: Biblioteca Nacional de Moçambique.



Fig.19 Praça 07 de Março. Fonte: Biblioteca Nacional de Moçambique.

O olhar sobre o espaço público, amplia-se a partir da perspectiva da relação entre o direito consuetudinário e o direito legal, somada ao fato da posse da terra estar vinculada ao Estado (desde a Independência). Esse cenário permite que variadas formas de ocupar o território se constituam. Apresenta-se a possibilidade de rediscutir o espaço público em relação ao espaço privado. O comércio e as atividades para sobrevivência criadas no âmbito do mercado “informal”, a apropriação para práticas tradicionais de subsistência em algumas áreas (Melo, 2015: p.294), o uso do espaço público vinculado também a atividades de âmbito privado, bem como a forma de ocupação não ortogonal em muitas áreas, demonstra um fazer cidade e constituir possibilidades de sociabilidade que vão além daquelas concebidas nos espaços públicos ditos tradicionais¹¹.

O espaço público em conceito e em prática socioespacial e cultural, concatena a pluralidade de processos, formas e estruturas em arranjos que pendem entre arena política e espaço para a vida cotidiana. Portanto, tratando-se de Maputo, concepções e conceitos exógenos, bem como formatos de cidade descontextualizados, tendem a intervir diretamente na vida urbana, contribuindo, muitas vezes, para processos de segregação e criação de novos referenciais culturais e simbólicos.

4. Constatações e reflexões finais

Diversas são as formas de apropriação dos espaços públicos de Maputo, nos mais variados contextos. Espaço de subsistência, de trocas, de conflitos, de socialização e confraternização, os espaços nos quais a vida urbana acontece são múltiplos, e suas denominações vão além de praças e parques, no campo do

¹¹ Uma consistente e aprofundada análise sobre vida social em Maputo é encontrado em Heer (2019).

espaço vivido. Suas formas e noções transcendem as noções europeias apresentadas pela bibliografia e reforçam um ser urbano único.

O olhar sobre Maputo, em sua consolidação urbana e na dimensão cotidiana que preenche e anima a trama espacial, questiona a produção do conhecimento e dos referenciais que vêm sendo utilizados para analisar e “solucionar” diferentes contextos.

A abordagem decolonial, ampara questionamentos de diversas ordens, incluindo a colonialidade territorial, que se observa consolidar em territórios de diversos países, traçando “linhas abissais”, físicas ou simbólicas, com grande peso na formação da capital moçambicana.

Com o propósito de superar essas linhas e obter uma outra maneira de pensar e intervir na cidade, o espaço público constitui uma chave de leitura pois concatena duas dimensões – física e social –, superando, recriando e rompendo barreiras erguidas através de práticas sociais e espaciais, segundo os mais variados processos. Caminhar por Maputo, conversar com sua população e recuperar a essência das relações sociais que acontecem no espaço público, permitiu repensar novas possibilidades de compreender a dimensão do que é ser urbano, com seus diferentes contextos e trajetórias históricas de ocupação. Essa constatação corrobora com a hipótese central do artigo e reforça múltiplas possibilidades de se olhar e compreender cidades em diferentes contextos.

Analisar os conceitos apropriados, à luz da materialização das relações urbanas, sua interferência na vida cotidiana e o papel da academia na produção do conhecimento e dos referenciais que balizam essa análise, é um caminho aberto, em constante processo de construção e necessário para a compreensão.

6. Referências bibliográficas

6.1 *Obra completa*

JORGE, S. M. B. (2017). Lugares Interditos. os bairros pericentrais autoproduzidos de Maputo. Tese de doutoramento. FA-Lisboa.

HENRIQUES, C. D. (2007). Cidade e Tecnologias de Informação Geográfica em Contexto Africano: modelação das transformações de uso do solo em Maputo. Tese de Doutorado. Lisboa: FA-Lisboa.

LEFEBVRE, H. (2000). La production de l'espace. Paris: Anthropos.

(2009). O Direito à cidade. SP: Centauro.

MALOA, J. M. (2016). A urbanização de Moçambique: uma proposta de interpretação. Tese de doutoramento. São Paulo: FFLCH-USP.

MELO, V. (2015). A produção recente de periferias urbanas africanas. Discursos, práticas e configuração espacial: Maputo versus Luanda e Joanesburgo. Tese de doutoramento em Urbanismo. Lisboa: FA-Lisboa.

MORAIS, J. S. (2001). Maputo-património da Estrutura e Forma Urbana Topologia. Lisboa: Livros Horizontes.

OPPENHIEMER, J, e RAPOSO, I. (coords.). (2007). Subúrbios de Luanda e Maputo. Lisboa: Edições Colibri.

PIMENTEL, Joana da Silva. Os espaços abertos públicos da cidade de Maputo. Dissertação de mestrado em Arquitetura Paisagista. Universidade de Évora. 2013.

RODOLFO, Manuela Aires F. Habitação na cidade de Maputo - 30 de anos de independência.

1975-2005. Trabalho final de Graduação. Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico, UEM. 2006.

SANTOS, B. de S. e MENESES, M. P. (2009). Epistemologias do Sul. Coimbra: G.C. Gráfica de Coimbra.

SANTOS, M. (2006). A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Edusp.

VALES, T. C. (2014). De Lourenço Marques à Maputo: Genèse et formation d'une ville. Thèse de Doctorat en Urbanisme et Architecture. Grenoble: Institut d'Urbanisme de Grenoble, Université de Grenoble.

VIANA, D. L. (2008). Maputo: transformação de uma estrutura urbana de origem portuguesa: um contributo para a requalificação do espaço urbano. Tese de doutorado. IUU - Universidade de Valladolid.

6.2 *Capítulo de livro*

Oppenheimer, J. e Raposo, I. (2007). Entre os constrangimentos estruturais e a margem de manobra dos cidadãos africanos: reflexões conceptuais e metodológicas. En OPPENHEIMER, J e RAPOSO, I. (coords.), Subúrbios de Luanda e Maputo (22-36). Lisboa: Edições Colibri.

SANTOS, B. DE SOUZA. (2009). Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. En B. DE SOUZA SANTOS e M. PAULA MENESES, Epistemologias do Sul (23-72). Coimbra: G.C. Gráfica de Coimbra.

6.3 *Artigos, congressos, conferências e seminários*

GUERRA HÉRNANDEZ, Héctor. Modernidade seletiva e estado* predador: primeira aproximação às revoltas populares em Maputo de 2008 a 2010. In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 20, n. 41, p. 201-232, jan./jun. 2014.

VIANA, D. L. (2012). A urbanização extensiva (in)formal em Maputo a partir da retícula colonial. En: Atas do Congresso Internacional Saber Tropical em Moçambique: História, memória e ciência IICT – JBT/Jardim Botânico Tropical. Lisboa, 24-26 outubro.

6.4 *Revistas*

DELGADO, Y. F. e RUIZ, A. M. (2014). Hacia una teoría urbana transmoderna y decolonial: una introducción. Polis, Revista Latinoamericana, 13(37), 339-361.

MELO, V. e JORGE, S. (2014). Processos e Dinâmicas de Intervenção no Espaço Periurbano: O caso de Maputo. Polis. Caderno de Estudos Africanos, 27, 55-77.

6.5 *Fontes eletrônicas*

VIANA, D. L. (2015). (Auto) organização e forma urbana: combinando diferentes abordagens morfológicas na análise de Maputo. Relatório de pós-doutoramento. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Disponível em: https://issuu.com/dlvarq/docs/david_leite_viana_relatorio_p_s-d (consulta: 20/02/2020).

HEER, B. (2019). Cities of Entanglements Social Life in Johannesburg and Maputo Through Ethnographic Comparison [Transcript] urban studies. Disponível em: <https://www.transcript-verlag.de/978-3-8376-4797-6/cities-of-entanglements/> (consulta: 20/02/2020)

6.6 *Relatório*

Cruzeiro do Sul - Instituto de investigação para o desenvolvimento. (2004). Mercado de Terras Urbanas em Moçambique. Coordenação da Acção Ambiental, Direcção Nacional de Planeamento e Ordenamento Territorial, Agência Habitat das Nações Unidas.
https://mirror.unhabitat.org/downloads/docs/5855_13515_mercado%20de%20terras%20urbanas%20em%20mo%C3%A7ambique.pdf